

RESEARCH OUTPUTS / RÉSULTATS DE RECHERCHE

Aldeão, morador ou cidadão? Um ponto de vista antropológico sobre espaço e identidade num povoado veranista da grande Salvador (Estado da Bahia - Brasil)

Brackelaire, Jean-Luc

Published in:
RUA (Revista de Arquitetura e Urbanismo)

Publication date:
1988

Document Version
le PDF de l'éditeur

[Link to publication](#)

Citation for published version (HARVARD):

Brackelaire, J-L 1988, 'Aldeão, morador ou cidadão? Um ponto de vista antropológico sobre espaço e identidade num povoado veranista da grande Salvador (Estado da Bahia - Brasil)', *RUA (Revista de Arquitetura e Urbanismo)*, vol. 1, pp. 115-142.

<<https://portalseer.ufba.br/index.php/rua/search/authors/view?firstName=Jean-Luc&middleName=&lastName=Brackelaire&affiliation=&country=>>

General rights

Copyright and moral rights for the publications made accessible in the public portal are retained by the authors and/or other copyright owners and it is a condition of accessing publications that users recognise and abide by the legal requirements associated with these rights.

- Users may download and print one copy of any publication from the public portal for the purpose of private study or research.
- You may not further distribute the material or use it for any profit-making activity or commercial gain
- You may freely distribute the URL identifying the publication in the public portal ?

Take down policy

If you believe that this document breaches copyright please contact us providing details, and we will remove access to the work immediately and investigate your claim.

ALDEÃO, MORADOR OU CITADINO?

Um ponto de vista antropológico sobre espaço e identidade num povoado veranista da grande Salvador (Estado da Bahia - Brasil).

Jean-Luc Brackelaire*

RESUMO

A localidade de Barra Grande resulta hoje do confronto desigual entre moradores e veranistas. O artigo coloca a questão da identidade dos primeiros neste confronto. Considerando o espaço e a sua apropriação, estuda-se a relação entre as duas partes, o mundo de cada uma, a maneira como percebe e situa a outra, as suas trocas e a sua impregnação recíproca. O autor alia sua ótica antropológica à uma preocupação epistemológica.

I

Quem é morador e quem é veranista na Ilha de Itaparica hoje? Eis uma questão com duplo fundo e várias faces. Ela evoca notadamente a mudança patente da configuração social da Ilha e convida à uma reflexão sobre a identidade ⁽¹⁾. Sigamos o seu trajeto no pensamento de um técnico, em estudo de campo, que examina sistematicamente o uso e a ocupação do solo numa localidade itaparicana, Barra Grande ⁽²⁾.

Entre outras tarefas, ele deve classificar cada casa, previamente sinalizada no mapa, quer na rubrica "morador", quer na "veranista". Desta forma, a questão inicial não apresenta nenhum problema. Tomada ao pé da letra, ela opera uma classificação e sugere um recenseamento. "Morador" é quem mora em Ita

* Antropólogo. Pesquisador e doutorando na Faculdade de Psicologia da Universidade Católica de Louvain (Bélgica).

parica, "veranista", pelo contrário, quem s̄o passa lã o verão ou os momentos de f̄erias. A relaçãõ exclusiva dos termos permite situar qualquer indiv̄duo numa ou noutra destas categorias. S̄o resta contar.

As duas primeiras casas seguem assim fãcilmente para a seccãõ "veranista". Os proprietãrios, sentados em fam̄lia na varanda, roupa esportiva e õculos de sol, responderam sem hesitaçãõ mas pareciam surpresos pela pergunta. A terceira se encontra vazia, mas pouco importa: o estilo da casa basta para classificar seu proprietãrio. Entre outros traços distintivos, o muro branco a meia altura que cerca o terreno, a varanda em lajotas esmaltadas que desdobra a casa por todos os lados no jardim, o branco luminoso das paredes que contrasta com o marrom das portas, janelas e vigas, a uniformidade ocre dos telhados e a complexidade das formas nãõ permitem nenhuma confusãõ com a seguinte, estreita, de tijolos ainda visíveis, de telhado irregular; de telhas de vãrias épocas, de formas simples, colada ã vizinha e cuja curta varanda ainda transborda na rua. Esta ùltima inaugura infalivelmente a categoria "morador". Atrãs da casa, uma mulher forte, mulata escura, seguramente a dona, e vãrias jovens, provãvelmente suas filhas, discutem ruidosamente, cheias de sotaque e de expressões locais, enquanto dependuram as roupas, sem pressa, no arame que as separa do camping. Todas vestem sua indumentãria de trabalho dom̄stico: a camiseta usada, a bermuda improvisada, o lenço descolorido e as sandãlias havaianas. Tudo se inscreve no quadro t̄pico do "morador". E o marido, imponente, entre mulato e caboclo, de short e sem camisa, suando, com cimento nos braços e nos p̄s, uma pã sem cabo na mãõ, que surge agora de uma passagem invisível entre as casas da frente, confirma o julgamento do t̄cnico. Quanta facilidade! Sua tarefa nem exige que se estabeleça o contato com as pessoas. Estas se distinguem, ao seu ver, pelo modelo de ca

sa e também pelo estilo da indumentária, a maneira de efetuar as atividades quotidianas, o modo de falar e de se comportar, em suma pela maneira total de ser, e esta distinção parece ajustar-se corretamente às duas categorias de partida.

Idelfonso, o marido, informa que a casa seguinte também lhe pertence, que a construiu há três anos com seu filho mais velho e que será dele quando casar. Ele espera poder ainda levantar uma igual para os outros filhos. Estes receberão menos terra, porque foi preciso vender para construir, mas cada um terá sua casa de tijolos. Trata-se de novo da categoria "morador". As duas casas se assemelham efetivamente, apesar da segunda ostentar suas telhas novas, sua varanda de azulejos azuis claros e acabar manifestamente de receber uma ou duas camadas de um verde deslavado. Mas vejamos que aparece um rapaz de cabelos claros, branco mas bronzeado, sem camisa, bermuda multicolorida e pulseira dourada, entoando com violão o último sucesso de Luiz Caldas, logo acompanhado por um conjunto de vozes jovens que surgem de dentro da casa. *"Eles se reuniram e alugaram durante o ano todo. Assim fica mais barato e eles vem aqui cada fim de semana"*. Então, "morador" ou veranista"? O aluguel não o surpreende, mas o obriga a refletir sobre o objetivo da pesquisa. Se se trata notadamente de conhecer o número e a localização das residências dos moradores e dos veranistas para avaliar e visualizar seu crescimento e sua proporção, a questão já parece mal colocada e seria desejável distinguir a cada vez os ocupantes dos proprietários. Este alarme falso pelo menos devolve ao nosso amigo a iniciativa do questionamento, dissuadindo-o de querer classificar numa mesma categoria a casa e seus ocupantes, visto que esta é também um bem e pode ser alugada, e insinuando que, apesar de estar hoje ocupada por veranistas, ela poderão ser habitada amanhã por moradores. E também apaga a evidência que a "casa"

e o "morador" constituíam para ele e inscreve no lugar a sus peição, com uma ponta de curiosidade.

E aquele barraco lá atrás, a dez metros da casa, de tábuas de todos os tamanhos e formas, pintado de branco, coberto de eternit, com porta e janelas respeitáveis, bastante grande e bem plantado, aparentemente resistente, digno talvez de figurar no seu mapa? Sem olhá-lo, o homem explica que ele e sua família moram lá quando alugam sua própria casa, no verão, quando os preços não têm mais teto e os últimos veranistas, desesperados, rasteiam o povoado à procura de uma cama para o tempo sagrado das férias. É lá também que se instalaram durante a construção da segunda casa, alugando a primeira o ano inteiro. Alugar ajudou a construir. O barraco indica, em suma, que todo o resto pode ser alugado. Somente ele será colocado na categoria "morador", tanto para a ocupação como para a propriedade, visto que a casa de Idelfonso e família, a verdadeira casa, está às vezes ocupada por veranistas. Mais um alarme falso, mas oxalá as coisas não se compliquem ainda.

Ora, eis aqui uma nova surpresa: a casa seguinte, um pouco recuada da rua e das precedentes, lhe parece à primeira vista inclassificável, híbrida, a meio caminho entre as dos moradores e as dos veranistas. A varanda, por exemplo, contorna a construção mas é curta, os muros são lisos e bem pintados mas amarelos, o quintal cuidado à moda citadina mas sem cerca. Idelfonso prossegue tranquilamente sua missão: é a casa do seu irmão Valdo, também alugada. *"Ele e a família moram em Salvador, onde os filhos estudam. Construiu lá uma segunda casa, com um cunhado de Gameleira que é pedreiro profissional, e este ano trabalham juntos na cidade. Mas eles sempre voltam aqui. A cada fim de semana, o senhor os encontra na Barra Grande. Até que passaram uma boa parte deste ano construindo por aqui. Sábado de manhã, toda a família de*

ve chegar e vai ocupar aquela casa pequena, lá no final. Todas as outras estão alugadas. Cada filho tem uma". Quatro casinhas brancas, iguais, simples e nítidas, apertadas umas às outras e sobrelevadas no seu soco de cimento, se sucedem após a de Valdo. "E quando eles alugam todas, ficam lá em casa, tem lugar".

Ele deve ter pego uma rua perversa. Sua situação assemelha-se àquela do tal cão pavloviano, intimado a discriminar um círculo e uma elipse que se distinguem cada vez menos. Trata-se de um morador? De um lado, ele é originário daqui, é nativo, e construiu recentemente sua própria casa, moderna, no lugar exato da antiga, de taipa, onde morava desde o seu casamento. Certo, ela se encontra alugada, mas não para sempre, e nada indica que não morem lá algum dia, como aconteceu este ano. Por outro lado porém, ele mora hoje com sua família em Salvador onde possuem casa também, trabalham e estudam, voltando ao povoado somente nos fins de semana. Idelfonso observa sorrindo que eles viraram quase veranistas, pegando até o jeito destes. A questão inicial começa a aparecer no seu duplo fundo: será que estes moradores são moradores? É assim que ele se vê conduzido, visto precisamente que não é um cão, a reformular o problema.

Segundo seus critérios de partida, existiam na Ilha sujeitos que eram claramente "moradores" e outros "veranistas", como nos três primeiros casos, onde observou a equivalência das pessoas e das casas. E se o aluguel o obrigou a distinguir a propriedade e a ocupação da casa, nada mudou quanto às características das pessoas, "moradores" e "veranistas" permanecendo o que eram. Mas com Valdo, o problema se desloca para as próprias pessoas, revelando que é delas que se trata especificamente na sua questão. Ele muda de órbita. Será que criará a categoria dos "moradores temporários" ou dos "antigos

moradores" ou até dos "moradores veranistas"? Ele sô faria traduzir assim o que acaba de perceber: o morador, quer seja "morador" ou "veranista", é sempre um morador. Ele não é um veranista porque é nativo e, enquanto tal, vem do "povo", é doméstico, trabalhador. É toda a definição, ao mesmo tempo óbvia e implícita do morador e do veranista no contexto da Ilha, que o caso de Valdo restaura no seu espírito. Ele se dá conta que o objeto no qual projetava estas categorias não falta de especificidade, que se trata de sujeitos ou ainda de grupos em presença, bem diferenciados, e que essas categorias designam precisamente esses grupos e o conjunto que compõem politicamente, como diria J. Gagnepain ⁽³⁾, na localidade. Sua questão se transforma: ele quer saber agora o que são os moradores e os veranistas, ou o morador e o veranista, ou mais precisamente quem eles são. Distinguindo assim ficticiamente o morador e o veranista de uma qualidade "literal" de "morador" ou "veranista" que poderia lhes ser atribuída além disso, ele não faz mais do que denunciar a sua cegueira inicial, que velava ao mesmo tempo a especificidade social do seu objeto e o caráter social dessas categorias. Estas, efetivamente, não se referem a uma distinção simplesmente natural e não dizem principalmente respeito nem à linguagem nem à representação. Elas não são criadas por ele, mas constituem para uns e outros as referências pelas quais cada um se define e define o outro simultaneamente. Eles mesmos estão na fonte desta definição. Vemos que nosso amigo não é conduzido somente a reconhecer no seu objeto os atores em presença; sua atenção se dirige igualmente para o fundamento das relações entre eles. O mesmo Valdo, aliás, o empurrou nesta direção. O estilo mestiço da casa dele não indica com efeito que ele se define atualmente pelos dois atributos ao mesmo tempo? Em verdade ele é um morador-veranista. Mas o que significa, afinal, ser morador ou veranista? Sua nova questão implicava esta, que ele nos convida a tratar

explicitamente ap^os o exame do que s^o os moradores e os ve-
 ranistas e da transa^o que os constitui como tais.

II

Podemos abordar esta quest^oo partindo de novo das casas, mas renunciando ent^oo a reduzi-las a objetos "materiais" indefini-
 dos e a assimil^o-las simplesmente com seus ocupantes. A casa, efetivamente, remete ao mesmo tempo ao quadro constru^odo como um todo e ^o totalidade da pessoa, isto ^e, a seu universo so-
 cial.

Primeiro, a casa ^e humana. Ela est^a no homem tanto como ele nela. Mais especificamente, ela ^e obra humana, como uma bola e um taco de sinuca ou um par de sand^olias. Que esteja vazia ou ocupada, o homem se encontra nela como suas m^oos est^oo no taco e o seu p^e na sand^olia. Deste ponto de vista, sua produ-
^oo e sua utiliza^oo procedem fundamentalmente da ferramenta, e seria lastim^ovel desconhecer a dial^etica pr^opria deste modo de racionalidade ⁽⁴⁾. Mas uma casa n^o ^e uma p^a nem um taco. Colocando de lado a quest^oo especificamente hist^orica, pode-se dizer que ela fabrica um "objeto" social. Ela aloja gente. Tecnicamente falando, o habitat, do qual constitui um foco in-
 separ^ovel, corresponde ^a uma fun^oo particular, a de cons-
 truir a vida em sociedade, qualquer que seja seu g^enero e sua dimens^oo. A hist^oria, n^o como "passado" mas como resultante da dial^etica do social, reaparece ent^oo aqui, mas produzida, ou seja transposta num outro plano, o da nossa atividade, tec-
 nicamente mediatizada, onde gestos e aparelhos se am^olgamam. ^E neste sentido que o espa^o constru^odo e sua utiliza^oo nos falam a cada instante da sociedade que neles se inscreve. Eis uma primeira pista de an^olise.

Sabe-se, por outro lado, que esta inscrição tem por sua vez al gum impacto na vida social. Esta não é de alguma forma portada, no sentido de orientada, e não somente suportada pelo seu quadro? Mas sabemos também que este impacto não tem nada de mecânico e que não se pode fazer a economia da mediação social constituída pelos sujeitos ou atores como pessoas. Eis a segunda ótica: o mesmo habitat, e notadamente a mesma casa, podem ser vistos sob outro ângulo, enquanto são apropriados, pessoais, socialmente definidores. O fenômeno considerado é portanto sociológico pela estrutura e não somente pelo conteúdo como na primeira ótica. Não se trata mais de apreender, a partir da sua tecnicização, as transações que articulam politicamente as partes envolvidas em torno de vários enjeux e em diversas escalas significativas. Objetiva-se examinar, no fundamento da transação, a apropriação pela qual cada parte se institue sempre como singular, e situar neste processo o espaço e o habitat. Como estes são abordados em relação a si, vale lembrar que os contornos do si não são definidos de maneira universal nem imutável, que são certamente diferentes de cada lado da transação que ele estuda e que devem provavelmente se transformar no decorrer desta transação. E isto deve valer igualmente para o modo de habitar, de "estar em casa" e para o lugar que a casa ocupa neste modo.

No que se refere mais precisamente à casa, lembremo-nos que ela permitiu ao nosso amigo distinguir inicialmente moradores e veranistas. Da mesma forma que pelo nosso falar, nossas atitudes usuais ou nosso estilo indumentário, nós nos de finimos pela nossa casa, ou mais exatamente pelo seu estilo e pela maneira de habitá-la. Na mesma ótica ela deve ser entendida também como um bem, que se possui, que faz parte de si, deixando claro que a definição do bem segue a do si e de pende portanto da sociedade na qual estamos envolvidos. En-

tretanto, ela constitui um bem particular porque participa do habitat e que sua especificidade de confeccionar o social não fica sem impacto sobre a sua apropriação. Vê-se aqui o cruzamento dos dois pontos de vista que vamos seguir.

O ferry-boat que trouxe à Ilha nosso técnico, em 35 minutos, de carro, a BA-001 que seguiu depois, até Barra Grande e que se prolonga após a ponte do Funil em direção ao Sul e ao centro do estado e do país, a conurbação que pôde observar ao longo da costa leste entre diversas localidades, principalmente pela junção nas suas periferias de loteamentos já salpicados de residências secundárias, e os numerosos caminhos de terra e areia que permitem o acesso motorizado a qualquer parte desses povoados, recortando-os transversalmente desde a estrada até a praia, sugerem que a cidade se estende hoje até aqui e que as pessoas, passando de Salvador para Itaparica, sempre estão em casa. Transporte e habitat andam juntos e indicam aqui a relatividade atual das fronteiras dos povoados, da Ilha e de Salvador, outrora mais significativos. Parece-lhe que um outro tipo de fronteira domina a configuração política presente, onde nem Barra Grande nem Salvador entram mais como entidades principais de referência para os que a constituem. Precisamente: será que Barra Grande ainda existe como povoado? Podemos guardar o termo por convenção, mas admitindo que não está definido e que se trata hoje de outra coisa que ontem.

Estamos longe do povoado de vinte anos atrás, que alinhava suas poucas casas à beira da praia, um olho no mar e outro no coqueiral, dos dois lados da pequena igreja, alguns roceiros ficando recuados da praia e do centro, em direção às contracostas ou às fazendas que delimitavam lateralmente o território. Esta implantação revelava a organização da pequena comunidade. Suas famílias, reunidas e solidárias no fundo das

suas respectivas autarquias e das suas oposições, mantinham um comércio regular com os arredores e sobretudo com a cidade de Salvador, e cada uma podia, em função das circunstâncias, ligar-se mais ou menos temporariamente com as fazendas vizinhas. Sem dúvida, a proximidade destas últimas e as condições desses vínculos atestavam a inserção dos aldeões numa composição política global onde não contavam muito. Mas não estavam eles também separados desse sistema, precisamente como aldeões? Com efeito, o povoado formava uma entidade pessoal, a especificidade territorial servindo de base à vida comum que aí se constituía. Que eles sejam do alto ou do baixo, de tal ou tal família, filhos da terra ou filhos de fora, principalmente pescadores ou roceiros, mais ou menos pobres, com ou sem terra, notáveis ou não, era em todo caso gente do povoado. Para este, o resto do mundo era sempre, de uma maneira ou outra, estrangeiro. Mesmo os outros povoados eram primeiro outros antes de serem bons ou maus vizinhos, e as vias e meios de locomoção traçavam o quadro de suas relações. Analógicamente, a sua separação diante da sociedade global não significava o isolamento, no sentido físico, mas derivava do processo pelo qual o povoado, estabelecendo-se como tal, se demarcava simultaneamente do exterior, que lhe servia de ponto de referência. É a partir do povoado e enquanto autônomos⁽⁵⁾, que os próprios aldeões colocavam e encontravam necessariamente o problema da inserção evocada, que não era portanto nenhuma inclusão. Sob este ângulo, aquela mania do antropólogo de se instalar no seu pequeno povoado caprichosamente escolhido entre tantos outros semelhantes não significa ignorar ou perder sua integração aos conjuntos mais amplos que o determinam, mas consiste em reconhecer o povoado como ponto de vista, como lugar focal, como centro a partir do qual a realidade se constitui incessantemente, e em abordar nesta posição aldeã a questão destes conjuntos e da "integração".

Ora, parece que esta questão se coloca hoje em termos muito diferentes, como foi logo sugerido pelo sistema de transporte e a conurbação. Pode-se observar também que, dentro dos limites administrativos de Barra Grande, a maior parte das terras situadas entre a estrada e a praia já encontraram seu destino, quer estejam habitadas, ainda em construção ou somente divididas em lotes. E mais precisamente, que uma boa parte dos moradores se encontra concentrada em algumas ruas centrais, enquanto os veranistas, com suas casas espalhadas, se distribuem em todo o espaço ocupado e predominam à beira-mar. Isto acabaria de confirmar no pensamento do nosso amigo que os veranistas, apesar do nome, estão em casa. O antropólogo que persistisse em partir da localidade encontraria pelo menos dois pontos de vista totais, que se englobam mutuamente, cada um do seu jeito, no decorrer das suas relações, e que ele deveria seguir sucessivamente para compreender o que acontece. Duas partes, efetivamente, compõem hoje o povoado, que resulta da sua confrontação.

Para os veranistas, cujas casas de praia se multiplicam sem concerto, alastrando-se entre as localidades, o povoado não existe no sentido tradicional. O que é definidor para eles não é o povoado, como entidade social de referência identitária, mas a casa que possuem ou ocupam, e suas qualidades, assim como o quadro de vida que encontram ou, mais exatamente, que criam, e que poderão abranger ao mesmo tempo o nativo e o chamado meio ambiente, ambos com suas características de naturalidade, de primitividade, de pureza, de pequena dimensão, de riqueza, de beleza, de espaço, de tranquilidade, de liberdade, de autenticidade, ..., que eles atribuem também ao modo de vida que levam, em família, entre amigos ou com os nativos. Eles se reconhecem pessoalmente nesta localidade, que recebe seu sentido extraordinário, alternativo, da sua oposição pon-

to por ponto à vida quotidiana em Salvador. É nesta polarização do seu processo de identidade que se insere o "local" dos veranistas, é neste sentido que Itaparica e a capital formam do seu ponto de vista um único conjunto. Existe para eles o local, mas o "local" não é um lugar, sempre único, incomparável, centro do mundo.

Sabemos que a terra representa para muitos veranistas o acesso ao seu paraíso; a sua distribuição espacial nos mostra agora que este acesso se faz em família. A ocupação ao mesmo tempo maciça e dispersa sugere efetivamente que a família constitui para eles a entidade fundamental de referência. Não há primeiro uma totalidade aldeã agrupando suas famílias; existem as famílias, cada uma total, que podem se frequentar em nome de uma semelhança de meio social. É essa família que a casa de veraneio aloja e que imprime a sua marca à localidade. Esta não se articula em torno de um centro que testemunharia a convergência das diversas famílias; cada residência é em si mesma o centro do mundo que os veranistas se apropriam. É ela e não o povoado que constitui para eles o verdadeiro lugar, em torno do qual gira a localidade, da mesma forma que suas residências na cidade estão no centro do pólo citadino do seu universo. Entretanto, visto que a casa de praia representa o pólo de movimento, de lazer e de afetividade desta família fixada em Salvador, ela não se opõe à localidade como o alojamento urbano à cidade. A privacidade da esfera familiar se encontra nos dois casos, mas ela se opõe no primeiro ao caráter público de sua vida citadina, que a encerra, enquanto tende no segundo a abrir-se e a abarcar a localidade, que se torna pessoal.

Eles nunca se instalam como estrangeiros, qualquer que seja a localidade escolhida. Estrangeiro para eles é o morador, que

não tem o mesmo nível, o mesmo valor. Eles o caracterizam primeiro por ausências, por carências, pelo abismo que os separa: é arcaico, está na margem, não tem dignidade, como se a distância assim afirmada explicasse a posição privilegiada que eles ocupam. Ele pode estar ao seu serviço, mas não o tratam como se participasse realmente do sistema que lhe dá este lugar e do qual sō eles constituem uma amostra respeitável. Ele participa a partir da sua exclusão, tomando consistência a partir da inconsistência que lhe é atribuída. É neste sentido que ele poderá também suscitar sua curiosidade ou indiferença, que eles apreciarão ou tolerarão sua proximidade na localidade, em suma que se reconhecerão nele explicitamente de maneira positiva ou negativa, ao invés de serem levados a reconhecê-lo. E esta distância que positivam, reduzindo-a ou confirmando-a, é em si mesma inultrapassável porque contribue fundamentalmente para defini-los. O morador não é o que eu sou porque é primeiro o que eu não sou.

Os veranistas implicam assim o morador num sistema cuja fronteira situa reciprocamente dois meios sociais, ou melhor o meio deles e um quase nada, e que não toma profundamente em conta o lugar. Eles não consideram o morador como alguém que se encontra no seu próprio lugar, onde eles seriam estranhos. Ele é mais exatamente alguém daqui, da localidade, e podem apreciar esta qualidade "local", exótica, que eles mesmos lhe atribuíram. Mas será que o morador pode ser simplesmente reduzido a este indígena que atesta primeiro, por contraste, a consistência de um grupo social urbano, como se moradores e veranistas não interagissem, quando compõem juntos a localidade de hoje? Adotando o ponto de vista dos veranistas, tivemos a oportunidade de discernir sua posição frente aos nativos. Não desembocamos assim no conflito, que esta posição traz consigo, mas na questão das suas relações, que devemos abordar sabendo

que os moradores são também um ponto de vista necessariamente conflituoso.

Os nativos estão lá, existem. E sua distribuição espacial, uma boa centena de casas no centro e outra semeada em direção ao Sudoeste, indica mesmo que não coexistem simplesmente com os veranistas. No centro, suas casas são entrecortadas pelas que alugam aos citadinos e pelas que estes levantaram, o conjunto bastante comprimido. Em direção ao Nordeste, as antigas fazendas se sucedem a partir do centro, transformadas em loteamentos fechados, unicamente acessíveis a certo tipo de veranista. Mas rumo ao Sudoeste, antes da primeira fazenda, a quase totalidade das famílias nativas que eram proprietárias, cada uma de uma estreita faixa de terra da praia até o meio da Ilha, abriu ruas a fim de poder lotear, vender alguns lotes e construir em outros suas casas. Isto indica sem dúvida o peso decisivo dos veranistas na orientação da vida social em Barra Grande, centrada hoje no veraneio e organizada segundo os princípios que eles impuseram, atribuindo à terra um novo sentido. Mas isso mostra também que os nativos não entram na negociação somente como inferiores e estrangeiros, mas como participantes. O encontro das duas partes se constitui logo numa troca porque os moradores também definem seu ser por oposição aos veranistas, avaliando-se em relação a eles.

As terras e as casas, como bens, em torno dos quais se agitam compradores e vendedores, inquilinos e proprietários, são um aspecto chamativo e crucial dessa transação. Ele evidencia como as partes se articulam e se enfrentam em torno de enjeux comuns. Após o primeiro momento de surpresa, os moradores entenderam que o veranista se apropriava de um recurso que lhes atribuía, e este recurso se tornou rapidamente parte deles e meio de conseguir dele seus próprios recursos, ao nível da sua nova situação. Não há dúvida que forçando assim os morado

res a saírem do seu fundo de autonomia aldeã, para integrá-los num novo sistema, o veraneio empurrou os moradores para o grau inferior da escala dos capitais doravante significativos "para viver dignamente", que inclui a capacidade de mantê-los e de reproduzi-los. A repartição atual das terras e das casas na localidade, onde os veranistas já são maioria, traduz essa distribuição desigual dos capitais. Sob este ângulo, a apropriação das terras aldeãs pelos cidadãos, quer sejam veranistas ou intermediários, tomou e ainda toma a forma de uma expropriação. O acesso dos moradores que possuíam terra a essa nova "propriedade", equivalia de certo modo a perda, pelo menos parcial, da mesma, não só porque os recursos em questão não tinham para eles o mesmo valor, mas também porque entravam num sistema onde estes recursos estavam definidos como tais, diretamente amoeáveis e realmente cobigados pelos cidadãos, em número crescente, situados um mundo acima na escala evocada e cujo poder de compra lhes permitia adquiri-las. Vale lembrar igualmente que esta entrada correspondia para muitos a uma exclusão, a maioria não podendo encontrar imediatamente meios de vida suficientes fora a venda de terras, quando eram proprietários. Enfim, precisasse evocar também a esse respeito os efeitos da crise de identidade derivada da imposição súbita do novo sistema, da desvalorização e exclusão que implicava, e do transtorno do sistema anterior. Podemos portanto falar em expropriação ou invasão se optamos por uma descrição naturalista do fenômeno ou por uma explicação que se situa além do nível próprio dos atores. Mas não se pode fazer dos veranistas usurpadores imorais e violentos nem atribuir aos moradores a ingenuidade, a inércia e o consentimento correspondentes, mesmo invocando a alienação que pesaria sobre as duas partes. A maioria dos veranistas não são perversos ladinos nem os moradores bobalhões. Os primeiros não se apoderaram do seu terreno por uma

bagatela e os segundos não foram completamente ludibriados. A expansão dos veranistas não deve ser entendida a nível intencional, como vimos acima partindo do caráter maciço e da dispersão da sua ocupação, família por família, e o estreitamento progressivo da área dos moradores, que lhe é correlato, deve ser analisado em termos de lógica objetiva, como diriam J. Remy e L. Voyé ⁽⁶⁾, porque procede das posições respectivas de uns e outros no sistema hierárquico que compõem.

Isto certamente condicionou a usurpação das terras e das casas quando ela ocorreu. Porque houve e há casos onde não se trata de uma transação, isto é, de uma troca na qual dom e contra-dom se equilibram, cada um podendo tentar ganhar ao seu modo, de seu ponto de vista e desde sua posição própria, mas de um açambarcamento, no qual a satisfação radical do adquirente se obtém ao preço do morador em si mesmo, com violência legal ou brutalidade natural. Entretanto, de uma maneira geral, não é este prazer e seu corolário de satisfação exclusiva que estão na base do processo que examinamos e que tentamos acossar ao nível das pessoas. Evidentemente, o equilíbrio referido manifesta a contradição fundamental de um sistema onde os veranistas e os moradores são por um lado respectivamente ganhadores e perdedores, e por outro, simultaneamente, parceiros de uma mesma convenção, sistema na constituição do qual o açambarcamento não faltou e que não cessa de estimulá-lo.

Observa-se que os moradores perdem espaço à beira-mar e tendem a recuar, que uma parte deles se encontra comprimida nas ruas centrais e que já precisaram construir uma vintena de casas do outro lado da estrada. Mas os fatos que estas observações evocam encontram seu quadro explicativo no sistema ao qual os nativos participam hoje, e demonstram mais do que desmentem que os moradores, mesmo explorados e desorientados,

não param de redefinir sua identidade, com impasses e sutilezas, e de reformular seus projetos, numa situação que eles levam e orientam tanto como estão dirigidos por ela. É preciso ainda perceber nesta redefinição e nesta situação a destruição do grupo aldeão, que tendemos todavia a entender sob "os moradores", quando na verdade as famílias que o constituíam seguem doravante cada uma seu destino. E será necessário perguntar-se se o termo "família" recobre hoje a mesma entidade de ontem.

Esta (re) assunção pelos moradores de seu destino, familiarmente, não se manifesta somente, nem sempre, pela venda das terras e pelo aluguel das casas. Certo, estas duas formas de troca podem ser classificadas à parte, como eles fazem, porque eles estão implicados como proprietários e que elas lhes permitam continuar como tais e aumentar seu capital de casas, como no caso de Idelfonso. O morador guarda então uma posição de controle, que ele aprendeu a aproveitar, o veranista devendo passar por ele para aceder à localidade. Mas, uma vez no lugar, este é sempre proprietário frente aos nativos, como vimos acima quando caracterizamos as suas trocas. Ele adota a posição do patrão num sistema de serviços onde o morador participa como trabalhador braçal ou doméstico, pago por sua prestação. A casa ocupa aqui um lugar central, porque são geralmente os moradores que a constroem e zelam por ela. Nestas funções como em outras, o morador é realmente o "pedinte", o "preguiçoso", o "inãbil", o "dependente", o "teimoso", o "rebelde" e o "ávido" alternadamente desmascarado pelo veranista, se admitimos ver sob cada um desses traços o posicionamento implícito das duas partes implicadas. Efetivamente, o que precisamos reconhecer nas múltiplas estratégias do morador, não é primeiro a maneira de obter o que quer, mas é o fato que elas lhes sejam próprias, que procedam do absoluto da sua pessoa e que

neguem a do veranista. Os traços citados evocam o comportamento daquele que recebe um status de estrangeiro e uma posição inferior numa relação que assume ao seu modo. Perder o menos possível ou ganhar o mais possível constituem aqui questões de dignidade e não são de necessidade e lucro. E abandonar um serviço desonroso, conseguir um posto descansado de caseiro, conquistar a simpatia e proteção de uma família cidadina, alinhar um trabalho pesado mais garantido ou imprimir-lhe um ritmo de tartaruga são outras tantas maneiras de ganhar. Se se entende que devolver assim às pessoas a responsabilidade de seu destino não implica em pretender que tenham o que merecem, compreender-se-á facilmente que os moradores queiram outra coisa que o que tem e são. E se procuram tornar-se hoje proprietários de uma nova forma, seguindo os mesmos princípios pelos quais o veranista se impôs a eles, o fazem a partir de sua posição própria, isto é, adaptando-os pessoalmente.

Para cercar essa posição dos moradores, deve-se partir da época em que os aldeões eram proprietários ao seu modo do seu povoado, este tendendo a se instituir como um todo, mais do que como parte do sistema que o incorporava, e fundando assim um sistema próprio baseado sobre o lugar. O povoado não é mais aquela entidade fundamental. Não são mais essa appartenance e o grupo que criava que definem a condição dos moradores. A fronteira decisiva se encontra com efeito do lado de dentro - como de fora - do povoado. Estritamente falando, não existem mais aldeões, mas veranistas e moradores, respectivamente proprietários e locatários legais de um sistema que define a riqueza em termos conhecidos, reduzindo-a largamente aos "bens". Isto diferenciou logo as antigas famílias aldeãs, notadamente segundo possuíam terras ou não, segundo a extensão e localização das mesmas ou segundo o tamanho da família, ou seja, em função das possibilidades que tinham e dos limites ou necessidades que se impunham para se redefinir assim como seus proje

tos e desenvolver suas estratégias, no quadro de uma participação onde o povoado não mostrou consistência. Com efeito, é sobretudo familiarmente que os moradores procuram tornar-se dignos novamente, na lógica do sistema atual, isto é, ganhar a vida, adquirir bens, se educar e se modernizar. E para responder à esta exigência, a migração foi e é frequentemente necessária, pelo menos durante o inverno e para alguns membros da família, quando não é desejada, Salvador podendo representar o acesso ao trabalho, a saída da sua sub-condição e a emergência ao novo mundo. O fato que tenham ou tentem ter lá também uma casa ou um ponto de referência, onde passarão uma parte do tempo - a não ser que tenham verdadeiramente emigrado - indica bem que não são só "moradores", que não vivem somente no povoado, que este se desarticulou como forma dominante de organização, que eles mesmos o inserem num conjunto mais amplo, as casas servindo com ponto de articulação, que a migração é relativa para eles e que a família constitui sua entidade decisiva de orientação.

É uma rede residencial que aloja esta ampla família distribuída no seu novo espaço, entre o povoado e a cidade, espalhada sobre duas ou três gerações e podendo englobar numerosas unidades domésticas, cujos membros viajarão facilmente de uma a outra. Esta transcendência da família extensa em relação às suas unidades menores é determinante: ela tende a constituir para seus membros o todo do qual são as partes, e é no fundo desta adesão que cada uma delas se afirma igualmente como uma totalidade diferente das outras. E como essas duas dimensões, extensa e nuclear, da família são portadas pelos mesmos sujeitos, entenderemos que a individualidade da segunda irradia sobre a primeira, cuja singularidade e fechamento tendem a acentuar-se, da mesma forma que a primeira condiciona a articulação dos seus núcleos e sua abertura uns aos outros. Eis um

modo de agrupamento que gera a tensão entre os dois pólos de referência e que não deve ser visto somente como fruto da situação que envolve os moradores mas também como uma solução própria que estrutura e permite este envolvimento num sistema onde não se trata sô de manter-se mas de mudar de estado. Suas casas expressam ao seu ver a mutação cumprida - ou não - e recapitulam as fases do seu novo estado: elas definem hoje o morador, alojando seu núcleo familiar, isto é, sua nova entidade local fundamental, e ele se define por elas, que testemunham, pelo valor e pelo estilo, seu status de pessoa mais ou menos respeitável.

Entretanto, os moradores continuam aldeões, nouvelle manière. O sistema centrado no povoado não é abolido pelo novo mas so brevive e contribue para sua atual definição. Os dois sistemas encadeiam-se, recobrando-se em parte nas pessoas dos moradores, e é no quadro deste cruzamento assim como da crise e da tensão que traz consigo, que tomam sentido seus modos de participação e o posicionamento subjacente, que nossas considerações sobre a família e a casa acabam de ilustrar. Em primeiro lugar, para o morador seu povoado continua existindo, mesmo transtornado. Face aos veranistas, ele é daqui, está em casa. Os veranistas não são somente estrangeiros por serem "ricos" e cidadãos, mas porque vêm de fora. Não são daqui, mesmo estando aqui e possuindo suas casas. No povoado, sua qualidade de autóctone é um privilégio e ele aí encontra parte de sua honra atual, compensando de alguma forma o atributo de subdesenvolvimento que o define por oposição aos veranistas e que tenta amenizar. Ele poderá, por exemplo, atuar no papel de nativo, original ou aperfeiçoado, que eles podem valorizar. Além disso, os moradores vivem no povoado, ligando-se de muitas formas, particularmente no inverno, que os deixa entre si, e esta vida quotidiana local neutraliza o in

dividualismo das entidades - familiares neste caso - estimulado pelo novo sistema, e confere ao povoado os traços renovados de uma pequena comunidade, como atestam o agrupamento no centro e a rēde dos pequenos atalhos que ligam as casas distribuídas no resto da localidade, estas geralmente dispostas em pequenos grupos, frequentemente de parentes, que podem formar verdadeiras ilhotas no oceano das casas de praia. Finalmente, ironia do destino, esta presença maciça dos veranistas contribui ao fortalecimento do grupo dos moradores e à sua constituição em associações diversas, canalizadas ou não por um partido, como meio de formular e defender seus interesses face aos primeiros e ao município, reforçando seu próprio reconhecimento e sua valorização como novos aldeões. Mas deve-se acrescentar que moradores e veranistas podem também juntar-se em torno de interesses mútuos, e compor um novo tipo de comunidade local.

Seguir, como fizemos, o ponto de vista das duas partes envolvidas e revelar seu englobamento mútuo, leva à afirmação que moradores e veranistas vivem histórias diferentes dentro da sua própria relação. E as trocas de todo tipo que ocorrem entre eles demonstram a interação dessas histórias e uma impregnação recíproca porque baseada de cada lado na apropriação do outro. É claro que as respectivas posições de dominado ou dominante, pobre ou abastado, determinam a direção prioritária desta apropriação. Mas o veranista não se apropria sō das terras e casas dos nativos e não cria do nada seu quadro de vida. Ele vive com eles, estã de certo modo na casa deles, e percebe deles alguma coisa que recupera à sua maneira e que o enriquece. Ele pegará assim seu sotaque, adotará sua indolência e sua simplicidade, virará caçador e pescador amador, dará à sua casa um toque rústico ou participará às suas festas. Paralelamente, o morador vive numa localidade veranista e possui tam-

bem "seus" veranistas, representantes particulares de "seu" mundo citadino. Ele não se apropria somente do seu dinheiro mas adotarã e adaptará elementos de sua maneira de falar, de se vestir, de se comportar ... O estilo que imprime ã sua casa é um exemplo eloquente desta crioulição generalizada.

É aqui que nosso técnico nos lembrará oportunamente o caso de Valdo, que o levou a formular a questão do fundamento do processo social que acabamos de examinar. Para apreender esta questão, partiremos da sua situação inicial, que pode servir de paradigma.

III

A relação do técnico com as pessoas e suas casas não se reduz ao encontro natural, imediato e efêmero; ela se estabelece socialmente, se constitui numa troca entre duas partes porque cada uma delas a assume implicitamente por conta própria. Ele se reconheceu de súbito no primeiro tipo de casa como de proprietário em oposição ao segundo. Entretanto, mesmo dentro do primeiro grupo, ele se identificou mais com a segunda, de bom gosto, discreta e arejada, como as que gosta de frequentar, ainda que ele mesmo não construiria nada idêntico. Queremos sublinhar que é este posicionamento implícito que, de um lado como do outro - isto é, conflituamente - subtende e força a troca. Idelfonso, acenando a nosso amigo com a pã e os olhos, entra em contato com um representante de Salvador, um "rico", um "barão", de condição mais elevada, educado, que pertence a um outro mundo que não o seu, de sua família, de seu povoado, alguém reconhecível pela sua maneira total de ser, provavelmente delegado de tal serviço do governo, e com o qual ele vai ter que colaborar. Este desconhecido será portanto sempre situado durante a interação, e vale lembrar que situar e si-

tuar-se são uma única coisa. E isto funda o processo propriamente político do contrato, da troca, além - mas através - do acaso e do caráter natural do encontro. O homem encontra então nele mesmo o fundamento da classificação social que ele opera, nesta capacidade humana de se definir em relação ao outro, capacidade certamente negada pela própria troca que se instala bilateralmente, com aberturas e fechamentos das posições, mas que precisamente transforma o encontro em contrato. Com efeito, esses dois sujeitos se envolvem reciprocamente como representantes de tais comunidades e encarregados de tais funções, porque analisam implicitamente suas condições segundo a appartenance e a responsabilidade.

O que isto significa quanto à divisão de Barra Grande entre moradores e veranistas? Que não se pode considerar simplesmente que os dois grupos se opõem e se articulam, porque seria referir-se à realidade material, estatística, de massas de gente. Ninguém, é claro, duvidará desta diferença entre os dois, que uma quantidade de critérios objetivos viria logo sustentar. Mas poderíamos descobrir uma variedade maior de meios sociais distintos, em função dos critérios e limites definidos, e a divisão resultante poderia revelar-se também incontestável objetivamente. Queremos sublinhar que esta objetividade, pelo realismo e a evidência perceptiva que inclui, amalgama o observador e seu objeto, afirmando a materialidade deste frente ao primeiro, e corre o risco de evacuar, não sem perversidade ⁽⁷⁾, a relação constitutiva de um e de outro, e de perder assim a especificidade humana, precisamente social neste caso, do segundo. A questão não é de escamotear a configuração histórica atual que confronta na Ilha nativos e cidadãos, repartindo desigualmente entre eles os capitais de cisivos, num contraste frequentemente feroz. Trata-se de acentuar epistemologicamente que não é nesta configuração que en-

contraremos a racionalidade que a explica mas somente na capacidade que a permite, lhe confere sua estabilidade e precariedade, e possibilita também sua mutação. Poderíamos, por exemplo, observar que há vários tipos de moradores como de veranistas, correspondendo a diversas posições na escala - ou melhor, nas escalas - dos capitais; sabemos notadamente que tal grupo de veranistas assemelha-se mais a certos moradores do que aos outros veranistas, e vice-versa. Sem dúvida, isto deve ser aprofundado no fio das análises precedentes. Mas não podemos parar no caráter objetivo destas diferenças sem desconhecer o grupo como processo e a dialética da qual ele é resultante ao nível dos sujeitos envolvidos. Não se pode esquivar à indagação que Valdo suscitou, sugerindo que eles mesmos colocam esses critérios. Acabamos de ver, com efeito, que eles analisam à cada vez o que são, intervindo como atores, membros de tal grupo e prestando tal serviço. Um grupo, portanto, não é jamais uma simples massa de gente mas se constitui internamente em torno de tal produto social, por appartenance comum e obrigações recíprocas, e suas relações externas são igualmente de composição, por fissão ou por fusão - usando os termos de E.E. Evans-Pritchard ⁽⁸⁾, - porque plantamos sempre o outro do lado oposto do marco pelo qual nós nos delimitamos.

Não podemos confundir, mas distinguir e articular, o sujeito e a pessoa, o grupo e a entidade de referência, a situação ou configuração e o fato dela sempre estar estruturada, formalizada, pelo Homem que nela se constitui - a maiúscula evitando a confusão com os sujeitos. Porque os termos de sujeito, de grupo e de situação, com o que comportam de naturalismo, impedem de certa forma pensar o processo em questão e o princípio que o funda. Cada sujeito, cada parceiro, é simultaneamente autor e ator. Como autor, está no princípio da classificação que lhe confere seu papel em cada situação. Infinitamente,

ele se define por distinção, e é esta capacidade que faz com que ele não esteja simplesmente no encontro, que ele seja ator e entre em relação com outros atores, ligando-se incessantemente, no acordo ou no desacordo, no agrupamento ou na divisão. É esta capacidade também que permite entender que o "outro" seja o "mesmo" sob outro ângulo, ou possa vir a sê-lo, dois adversários podendo estar associados frente a um terceiro, e que Valdo possa ser ao mesmo tempo morador e veranista, ou aldeão, morador e cidadão. Portanto, os atores, agrupando-se, se aliam sempre sobre o fundo das suas discordâncias, e estes pactos internos esboçam no horizonte a adversidade externa.

Deste ponto de vista, os agrupamentos e as separações que reparam os atores e conferem a uma vida em sociedade sua figura histórica, são sempre frágeis, porque são fundamentalmente contestáveis e confrontam necessariamente as partes. Eles são constantemente mantidos ou transformados politicamente. A configuração da qual Barra Grande constitui um fragmento não carrega em si mesma, mecanicamente, as regras do jogo, porque estas se decidem sempre jogando. Consequentemente, não basta observar que essa configuração diferencia e segmenta entidades de tipos diversos, instituídas na base de tal critério - de território, de meio social, de família, de raça, ... -, nem que nosso sujeito traz consigo, virtualmente, todos os grupos aos quais pertence, situando-se segundo a situação. Precisa-se acrescentar, como vimos, que se trata sempre de relações entre sujeitos envolvidos como partes da transação; que isto procede da dialética fundamental entre o posicionamento implícito que nos singulariza conflituamente em relação ao outro e a interação que constituímos com ele; que as entidades pelas quais os sujeitos definem assim sua pessoa variam segundo a sociedade ou a comunidade considerada, e até segundo as es-

feras ou os pólos de vida social nestes agrupamentos, podendo reduzir-se, num caso conhecido, ao próprio sujeito, ao "*sujeito individual*" do qual fala L. Dumont ⁽⁹⁾; e que essas entidades se transformam, porque resultam precisamente do confronto entre as partes instituídas e portanto também do recobrimento parcial das configurações políticas que elas constituem historicamente.

Será que é possível compreender a situação de Barra Grande sem tomar em conta o fato que seus habitantes a estruturam eles mesmos ao seu modo? Estas páginas tentaram mostrar o contrário, restituindo-lhes a responsabilidade e reconhecendo sua procura de autonomia, ambas frequentemente negadas na ciência e na política.

Louvain-la-Neuve, julho de 1988.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Vinte e oito povoados e duas pequenas cidades costeiam os 242 km² de Itaparica. Após a instalação, em 1972, de uma linha de Ferry-Boat que a liga à capital, e a construção da BA-001 que a atravessa e a fixa ao continente do outro lado da baía a ilha - e principalmente sua costa leste - tornou-se um pólo de atração privilegiado para os cidadãos.
- (2) Em setembro de 1985, a Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (CONDER) e o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, lançaram em conjunto um projeto de pesquisa multidisciplinar sobre a ilha de Itaparica. Fomos responsáveis pela parte antropológica dos trabalhos, que prosseguiram até dezembro de 1986. O material recolhido nessa pesquisa, através da observação par-

participante e do método das histórias de vida, serve de base à reflexão desenvolvida neste artigo. Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados em: BRACKELAIRE, Jean-Luc, A dinâmica sócio-antropológica da Ilha de Itaparica. Salvador, CONDER, agosto de 1986.

- (3) Nós nos apropriamos neste artigo do território delimitado pela epistemologia das ciências humanas de J. Gagnepain, e em particular da parte reservada à história nos seus seminários. Tomaremos emprestado o sentido que ele confere a certos conceitos, como os de político, de linguagem, de representação, de pessoa, de dialética, de racionalidade, de sujeito, de análise, de sistema, de sociedade e de legalidade.
- (4) As páginas de J. Gagnepain sobre a técnica e a indústria são incontornáveis: GAGNEPAIN, Jean. Du Vouloir Dire. Traité d'épistémologie des sciences humaines. Vol. 1. Du Signe. De l'outil. Paris, Pergamon Press, 1982.
- (5) Esta noção de autonomia encontra-se bem discernida em: PEIREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.
- (6) REMY, Jean e VOYÉ, Liliane, La ville et l'urbanisation . Gembloux, Duculot, 1974, pp. 51-52. E: REMY, Jean, VOYÉ, Liliane e SERVAIS, Emile, Produire ou reproduire? Une sociologie de la vie quotidienne. Bruxelles, Vie Ouvrière, tomo 1, 1978, p. 93-94.
- (7) Ver, por exemplo, no fio dos trabalhos de J. Schotte: VAN DERSCHELDEN, Henri. Proust et la perversion, in Recherches théorico-cliniques en analyse du destin, Les cahiers des Archives Szondi, Louvain-la-Neuve, Cabay, 1984, p.161-174.

- (8) EVANS-PRITCHARD, Edward Evan, Les Nuer. Paris, Gallimard, 1968 (tradução francesa), p. 297.
- (9) DUMONT, Louis. Les Nuer. Prefácio de E.E. Evans-Pritchard. Paris, Gallimard, 1968, p. XI.